



Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO VALENTIM.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VALENTIM-RS

APROVADO

Reunião: 27/04/2020

[Assinatura]

PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 06/2020, DE 16 DE ABRIL DE 2020.

CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO VALENTIM-RS

ENTRADA

Protocolo n.º 033 / 2020 Data: 16/04/2020
Hora: 14 h 50 min

[Assinatura]
ASSESSOR(A)

Reconhece a calamidade pública municipal, convalida as medidas disciplinadas no Decreto Municipal nº 356 de 20 de março de 2020 e alterações, autoriza a prorrogação de vencimento dívidas de natureza tributárias e não tributárias do exercício de 2020 e dá outras providências.

CLEOMAR JOÃO SCANDOLARA, Prefeito Municipal de São Valentim, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais,

faz saber que encaminhou à apreciação da Câmara Municipal de Vereadores o seguinte Projeto de Lei.

Art. 1º É reconhecido o estado de calamidade pública municipal em razão da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19), declarado por meio do Decreto Municipal nº 356 de 20 de março de 2020 e alterações posteriores.

Art. 2º Ficam integralmente convalidadas as medidas disciplinadas no Decreto Municipal nº 356 de 20 de março de 2020 e alterações posteriores, para todos os efeitos legais e jurídicos.

Art. 3º O reconhecimento de que trata esta Lei é feito, também, para os fins do disposto no artigo 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, notadamente:

I – para as dispensas do atingimento dos resultados fiscais previstos na Lei Municipal nº 2.764, de 11 de setembro de 2019, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2020;

II – para efeitos da limitação de empenho e movimentação financeira, de que trata o art. 9º da Lei Complementar nº 101/2000.



Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VALENTIM

Art. 4º Ficam prorrogados os prazos de vencimento das seguintes dívidas tributárias e não tributárias vincendas no exercício de 2020:

I – IPTU em cota única o vencimento passa para o dia 30/06/2020.

II – IPTU em 06 (seis) parcelas o vencimento da primeira parcela passa para o dia 30/06/2020 e as demais parcelas nas mesmas datas dos meses subsequentes, com última parcela para 30/11/2020.

II – Taxa de Coleta de Lixo em cota única o vencimento passa para o dia 30/06/2020.

III – Taxa de Coleta de Lixo em 06 (seis) parcelas o vencimento da primeira parcela passa para o dia 30/06/2020 e as demais parcelas nas mesmas datas dos meses subsequentes, com última parcela para 30/11/2020.

VI – ISS fixo devido pelos autônomos, sociedades uniprofissionais ou escritórios de contabilidade optantes pelo regime simplificado de recolhimento de tributos, em cota única o vencimento passa para o dia 30/06/2020 e, em 06 (seis) parcelas o vencimento da primeira parcela passa para o dia 30/06/2020 e as demais parcelas nas mesmas datas dos meses subsequentes, com última parcela para 30/11/2020.

§ 1º Em caso de parcelamento do débito, as parcelas não poderão ser inferiores a R\$100,00 (cem reais) cada parcela.

§ 2º O disposto neste não exime os contribuintes do cumprimento de obrigações acessórias previstas na legislação municipal.

§ 3º O disposto neste não se aplica para dívidas já vencidas, ainda que se trate de dívida do exercício.

§ 4º As novas datas de vencimento não implicam em perda de eventuais benefícios que o contribuinte teria se o pagamento fosse adimplido na data originalmente prevista e não se sujeitam a consectários legais.

§ 5º O disposto neste deste artigo não se aplica a dívidas vencidas, inscritas em Dívida Ativa, ou não.

§ 6º O pagamento das dívidas na forma deste artigo não exige a aplicação de consectários legais como atualização monetária, juros e multa mora.



Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO VALENTIM

Art. 5º Esta Lei entra em vigor da data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 16 de abril de 2020.

CLEOMAR JOÃO SCANDOLARA
Prefeito Municipal



Estado do Rio Grande do Sul

**PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO VALENTIM**

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente,

Nobres Vereadores!

Ao cumprimentá-los, aproveito o ensejo para enviar a apreciação dessa Casa o Projeto de Lei nº 06/2020 que visa obter o reconhecimento da calamidade pública municipal e a convalidação das medidas disciplinadas no Decreto Municipal nº 356 de 20 de março de 2020 e alterações, buscando ainda autorização para a prorrogação do vencimento de dívidas de natureza tributárias e não tributárias do exercício de 2020.

Os objetivos que nos levam a solicitar a aprovação do Projeto de Lei nº 06/2020, tem como escopo principal os transtornos e as privações de saúde pública e econômicas que todos os munícipes estão sendo obrigados a enfrentar em decorrência da Pandemia do COVID-19.

Atenciosamente,

CLEOMAR JOÃO SCANDOLARA
Prefeito Municipal